

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO
RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA
ARQCARE ARQUITETURA E PROJETOS LTDA
ME RELATIVO AO NÃO CREDENCIAMENTO DA
MESMA NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE
EMPRESAS CREDENCIADAS, NA FORMA DO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS
PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE
CONSULTORIA E INSTRUTORIA NR 01/2017 –
SEBRAE/MT.**

A Presidente e Comissão de Avaliação do Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT, instituída nos termos da Portaria nr 41/2017 e no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, sua análise com relação ao **RECURSO** requerido pela empresa **ARQCARE ARQUITETURA E PROJETOS LTDA ME**.

1. DO RECURSO

Trata-se de Recurso impetrado pela empresa **ARQCARE ARQUITETURA E PROJETOS LTDA ME** contra sua não habilitação em Edital de Credenciamento promovido pelo SEBRAE/MT. O recurso foi recebida tempestivamente em 04/04/2018, via e-mail.

A recorrente **ARQCARE ARQUITETURA E PROJETOS LTDA ME**, alegou em apertada síntese:

1. Que apresentou tempestivamente a comprovação dos documentos: a) cópia do Contrato Social em vigor (com as respectivas alterações ou consolidação contratual, devidamente registrado no órgão competente); b) cópia Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ; c) cópia do Documento que comprove a formação técnica e/ou acadêmica (Diploma ou Certificado de Conclusão) e profissional de todos os sócios e/ou empregados indicados para a prestação de serviços, exigências listadas no Anexo I.
2. Portanto, requer a análise dos documentos e sua consequente habilitação.

É o relatório.

2. DO JULGAMENTO

2.1 - PRELIMINARMENTE

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98 (atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”.

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidos daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

2.2. DO MÉRITO

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

Da análise realizada, verificamos que na data de 21/03/2017, foi solicitado, ao representante da empresa, por e-mail, o encaminhamento dos documentos

listados abaixo, vez que os mesmos estavam ausentes à documentação recebida no envelope de documentação em não atendimento ao item 5.2 e 5.4 do Edital.

No e-mail foram solicitados os seguintes documentos:

- 1) COPIA DO CONTRATO SOCIAL;
- 2) COMPROVANTE CNPJ;
- 3) ANEXO II COMPLETO, COM DADOS DE TODOS OS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA.
- 4) COPIAS DOS DIPLOMAS DA EQUIPE TECNICA

No entanto, em que pese a solicitação enviada ao representante da empresa. Verificamos que o mesmo não cumpriu com as exigências editalícias no tocante de apresentação dos documentos dentro do prazo estipulado para saneamento, qual seja até 23/03/2018.

A entrega da documentação pela empresa, ocorreu somente em 04/04/2018, ou seja, após o encerramento da fase de instrução e da divulgação do resultado (que ocorreu em 28/03/2018), no entanto, a apresentação intempestiva é vedada, pois eventual inclusão de novos documentos fere o princípio da igualdade entre os licitantes.

Em razão do exposto e não havendo motivos que justifiquem a retificação da decisão de não habilitação da empresa recorrente, esta Comissão de Avaliação do Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT **recomenda** à Autoridade Competente considerar **IMPROCEDENTE** o recurso acima analisado, pelas razões expostas.

Cuiabá/MT, 06 de Abril de 2018.

[Documento original assinado no processo]

Zaira Pereira de Melo

Presidente da Comissão CASGF do SEBRAE/MT

[Documento original assinado no processo]

Jonilson Anelli

Membro da Comissão CASGF

[Documento original assinado no processo]

Adriana Rodrigues da Silva

Membro da Comissão CASGF

Em 05 (cinco) de abril de 2018, eu Diretor Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **IMPROCEDENTE** o recurso apresentado pela empresa **ARQCARE ARQUITETURA E PROJETOS LTDA ME**, adotando os fundamentos expostos pela comissão, **mantenho a decisão quanto a não habilitação da empresa.**

Cuiabá/MT, 05 (cinco) de abril de 2018.

[Documento original assinado no processo]

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO

Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso